



PORTARIA Nº 70497/2023-GP

Institui o Plano de Recuperação de Desastres e Contingenciamento de Serviços e do Processo de Contingenciamento de Serviços de TIC do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá.

O *Desembargador ADÃO CARVALHO*, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, no uso das atribuições que lhe confere o art. 26, XXII, do Regimento Interno e tendo em vista o contido no P.A. Nº 120096/2023,

CONSIDERANDO a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), estabelecida pela Resolução CNJ 370/2021, que em seu artigo 36 prevê a necessidade de cada órgão elaborar Plano de Gestão de Continuidade de Negócios ou de Serviços no qual estabeleça estratégias e planos de ação que garantam o funcionamento dos serviços essenciais quando na ocorrência de falhas;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações e sistemas do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, mesmo diante de situações críticas e desastrosas;

CONSIDERANDO o Plano de recuperação de desastres e contingenciamento de serviços, elaborado pelo TJAP em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Resolução CNJ 370/2021 e aprovado pelo Comitê de Governança de Tecnologia da Informação,

RESOLVE:

Art. 1º INSTITUIR o Plano de Recuperação de Desastres e Contingenciamento de Serviços e o Processo de Contingenciamento de Serviços de TIC do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP), conforme as diretrizes estabelecidas na Resolução CNJ 370/2021 e considerando as características e necessidades específicas desta instituição.

Art. 2º São os seguintes objetivos:

I – Garantir a continuidade operacional dos serviços essenciais do TJAP, mesmo em situações de desastres e eventos adversos;

II – Estabelecer procedimentos claros e eficientes para a recuperação de dados, sistemas e infraestrutura em caso de desastres;



III – Minimizar os impactos decorrentes de situações críticas, assegurando a prestação jurisdicional de forma ágil e efetiva;

IV – Prover mecanismos de contingenciamento de serviços, visando à manutenção de operações críticas durante situações adversas;

Art. 3º A estrutura do Plano será da seguinte forma:

I – O Plano de Recuperação de Desastres e Contingenciamento de Serviços será estruturado em conformidade com as diretrizes e normas estabelecidas pelo CNJ e outras regulamentações pertinentes;

II – Contemplará a elegibilidade de acesso ou uso, diretrizes gerais, estratégia de recuperação, acionamento do DR, serviços em nuvem e comunicação.

Art. 4º O Plano de Recuperação de Desastres e Contingenciamento de Serviços e do Processo de Contingenciamento de Serviços de TIC do TJAP está disponível na consulta de Atos Normativos e no Portal da Transparência do TJAP, na aba Tecnologia da Informação – Segurança da Informação, por meio do link: <https://old.tjap.jus.br/portal/pol%C3%ADtica-de-seguran%C3%A7a-da-informa%C3%A7%C3%A3o.html>.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário da Justiça Eletrônico.

Publique-se. Dê-se ciência. Cumpra-se.

Macapá-AP, 24 de novembro de 2023.

Desembargador **ADÃO CARVALHO**
Presidente

ADAO JOEL GOMES DE CARVALHO -
DESEMBARGADOR - GABINETE 09 - DES.
ADAO CARVALHO - PRESIDENTE TJAP
Assinado em: 24/11/2023 às 16:11h.

Doc. juntado digitalmente no Processo:
2023120096 - 4, por LORENA ROCHA BLANC
MARSILI em 24/11/2023 16:08:26



Documento assinado eletronicamente por **ADAO JOEL GOMES DE CARVALHO, DESEMBARGADOR - GABINETE 09 - DES. ADAO CARVALHO - PRESIDENTE TJAP**, em 24/11/2023, às 16:11h.



Doc. juntado digitalmente no Processo: 2023120096 - 4, por LORENA ROCHA BLANC MARSILI em 24/11/2023 16:08:26. A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sig.tjap.jus.br/scpa_control_autenticidade_documento/ informando o código verificador: **AADMBZF8ZDM**